

FEMINISMO E LITERATURA NO FINAL DO SÉCULO XIX: ESCRITOS DE AUTORIA FEMININA NOS ESTADOS UNIDOS¹

*Feminism and Literature at the End of the Nineteenth Century:
Female Authorship Writings in the United States*

Priscilla Pellegrino de Oliveira (UERJ)²

RESUMO: Este artigo busca associar o início do movimento feminista norte-americano, no finaldo século XIX, ao pensamento e à literatura de autoria feminina produzida nos Estados Unidos nesse período. A literatura feminista sempre acompanhou o movimento social pela libertação das mulheres, seja em busca de participação ou reformas políticas ou de mudança de paradigma em relação aos papéis de gênero. Desta forma, destaco o inícioda primeira onda do movimento feminista, no contexto norte-americano, seus momentos precursores e influências e os acontecimentos que a antecederam e sucederam juntamente à literatura e filosofia produzidas na mesma época e país por mulheres engajadas, a fim de salientar as interseções entre feminismo e literatura no período citado. Este texto se baseia em uma metodologia histórica e epistemológica do período e sua respectiva literatura de ficção, fazendo um recorte específico nas obras *Work: a storyofexperience* (1873) – sem tradução para o português -, de Louisa May Alcott, *O papel de parede amarelo*(1892), de Charlotte Gilman Perkins, e *O despertar*(1899), de Kate Chopin. Procuro, portanto, de forma descritiva, evidenciar a ligação inevitável e intencional entre a arte literária e a luta feminina pelos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Feminismo. Movimento. Literatura Norte-Americana. Primeira Onda..

ABSTRACT: This article aims to associate the beginning of the American feminist movement, at the end of the 19th century, with the thought and literature of female authorship produced in the United States in this period. The feminist literature has always followed the social movement for the liberation of women, whether in pursuit of political participation or reforms or for a paradigm shift in relation to gender roles. Thus, I highlight the beginning of the first wave of the feminist movement, in the North-American context, its precursory moments and influences and the preceding and succeeding happenings along with the literature and philosophy produced in the same time and country by engaged women in order to highlight the intersections between feminism and literature in the cited period. This paper is based on a historical and epistemological methodology of the period and its fictional literature, emphasising specifically the works *Work: a story of experience* (1873), by Louisa May Alcott, *The yellow wallpaper* (1892), by Charlotte Gilman Perkins, and *The awakening* (1899), by Kate

¹O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento001

² Doutoranda em Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade de Estado do Rio de Janeiro, bolsista CNPq. - Mestra em Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - 2010), possui graduação em Letras - licenciatura em Língua Inglesa e respectivas literaturas (2006) e bacharelado em Letras: ênfase em tradução-Inglês (2007), ambos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Chopin. I seek, hence, in a descriptive way, to enhance the inevitable and intentional bond between the literary art and the female struggle for women's rights.

Keywords: Feminism. Movement. North-American Literature. First Wave

Introdução

Estudar o feminismo sob o ponto de vista literário é lidar com as discussões relativas a diferenças e semelhanças entre as mulheres no ambiente ficcional como contribuição para os debates sociais acerca do tema. Para isso, deve-se defini-lo de modo significativo ao longo do tempo. Neste artigo, através de um estudo cronológico do movimento feminista norte-americano e suas influências, procuro aliar a causa das mulheres no século XIX e a literatura de autoria feminina produzida nos Estados Unidos no mesmo período, salientando seu engajamento político.

O que convencionalmente chamamos de feminismo é uma visão coletiva de mudança política, um corpo de conhecimento, que busca explicar causas e soluções de opressão contra a mulher. Como observa a estudiosa no assunto Jacilene Maria Silva (2019), o termo onda simplesmente se refere ao momento histórico em que houve uma efervescência acentuada de determinadas reivindicações por parte das mulheres que debatiam situações que as incomodavam e agiam para que ocorressem mudanças na sociedade, travando uma luta

contra o *status quo*. Cada onda tem suas demandas e seus ideais, baseados nas gerações de mulheres de cada momento específico, sendo marcadas por diferentes gerações políticas.

Com a Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789-99), as sociedades norte-americana e europeia passam a reivindicar mais liberdade, o que influencia o pensamento em relação à questão feminina. Porém, somente no século XIX o feminismo passou a se organizar com movimentos pelo sufrágio e por igualdade, o que ecoou em romances, contos e ensaios sobre a questão do descontentamento feminino em relação à sua posição inferiorizada na sociedade da época.

De acordo com a autora Marlene LeGates (2001), os ganhos para a causa das mulheres refletem seu passado, não seu futuro, pois todo o progresso feito nas leis e na sociedade em relação à questão feminina não foi conquistado ao ser reivindicado, mas dado após um tempo por outras questões políticas que consideravam adequado incluir as reivindicações das mulheres em suas pautas. Historicamente, a exclusão das mulheres da autoridade

cultural se dava devido à falta de (ou pouco) acesso à educação formal, até o início do século XX.

Desse modo, levando em consideração a história do movimento feminista a partir de manifestações pelo sufrágio e pela igualdade de direitos trabalhistas perante a lei, a partir do século XIX, podemos perceber na literatura de autoras de ficção e não-ficção, a preocupação com as questões femininas no decorrer do tempo.

Momentos precursores e influências

Nos campos filosófico e literário, podemos citar duas autoras importantes para a contribuição da questão feminina, ainda no século XVIII. Judith Sargent Murray (1775-1820), como observa a teórica Elaine Showalter (2009), é considerada a primeira autora feminista americana, tendo escrito drama, poesia, ensaios e crítica literária. Questionava a monotonia da vida doméstica e a falta de estímulo intelectual para as mulheres. Em uma coleção de ensaios (1792), publicados na *Massachusetts Magazine*, demonstra sua ênfase iluminista na igualdade entre os sexos em todos os âmbitos, incluindo a literatura, propondo mostrar o mérito de uma obra em vez de a identidade ou o gênero do autor. Foi a primeira mulher norte-americana a ter peças encenadas profissionalmente nos EUA. Foram suas as duas primeiras peças teatrais nascidas e encenadas nos EUA após a

reabertura dos teatros em 1794, em Boston: *Virtude triunfante* (1795) e *Ex-viajante* (1796).

Outro exemplo é Susana Rowson (1762-1824), primeira romancista a produzir um *best-seller*, *Charlotte Temple* (1794), uma história de sequestro, sedução e traição em que relata o “mercado” do casamento de jovens garotas, tendo 200 edições. Atriz, educadora e escritora de romances, peças e poemas, Rowson nasceu na Inglaterra e mudou-se com o pai para os EUA aos 5 anos. Seu sucesso comercial inspirava jovens aspirantes a escritoras e aumentava o público de leitoras no mercado editorial norte-americano (SHOWALTER, 2009).

Segundo a especialista Rory Dicker (2016), até o fim do século XIX, havia na sociedade ocidental o culto à chamada “verdadeira” feminilidade, ou seja, a valorização da pureza, da fé, da domesticidade e da submissão da mulher. A vida doméstica não deveria sofrer interferência da esfera pública. Com uma educação formal mínima ou inexistente não havia como uma mulher conseguir um emprego especializado ou fazer parte da vida política. A situação era conflitante no quesito estado civil também, pois a mulher solteira tinha mais direitos que as casadas, porém as solteiras sofriam preconceito e carregavam rótulos de solteironas. As mulheres casadas tinham, em média, 7 filhos, aos quais deveriam dedicar seu tempo. Já que as mulheres não

tinham representatividade na legislatura, tinham de seguir leis que não ajudaram a aprovar, pois não tinham sequer direito ao voto. Dessa forma, poucas mulheres com certo privilégio econômico, social e educacional questionavam o *status* da mulher na sociedade.

A partir de 1820, convicções radicais sobre questões controversas culminaram na criação de movimentos autônomos femininos. O clima político na Europa já era tenso por conta do fim da era napoleônica (c.1815) e das tensões entre ideologias liberais e conservadoras. Logo após a abolição da escravidão no império britânico (1833) e a ascensão da rainha Vitória na Inglaterra (1837), surge o movimento cartista na Grã-Bretanha (1838-48), que consiste em uma organização de milhares de mulheres em mais de oitenta associações para levantar dinheiro e assinar petições a favor do sufrágio universal, embora pouquíssimos homens apoiassem o direito da mulher ao voto. As mulheres, por outro lado, conseguiram fundar a primeira sociedade registrada a favor do sufrágio feminino em 1851, chamada *Sheffield Women's Political Association* (DICKER, 2016).

É nessa década também que cresce o número de mulheres escritoras e editoras no mercado editorial – revistas, periódicos e

jornais voltados para o público feminino. Em 1837, a Faculdade de Oberlin, nos Estados Unidos, passou a admitir mulheres, incentivando seu estudo formal no país, assim como um grupo de faculdades da costa leste (*The SevenSisters*)³ passou a oferecer cursos somente para mulheres, dentre ela a *MountHolyoke*, em Massachusetts, onde Emily Dickinson estudou de 1840 a 1847.

A partir de 1840, a questão dos direitos de propriedade privada das mulheres casadas se tornou motivo de novas reivindicações por reforma. Mas o ambiente hostil contra reformas políticas e abolicionistas, assim como o apelo pela maternidade, fez com que essa geração esperasse por um ambiente mais liberal, o que só foi ocorrer ao final do século. Margaret Fuller (1810-1850), editora do periódico *The Dial* (1840-44), participante do grupo *New England Transcendentalist*, lançou uma série chamada *Conversations* (iniciadas em 1839) sobre filosofia para as mulheres de Boston em uma livraria. Foi a primeira mulher editora de um jornal americano, o nova-iorquino *Tribune* (1846). Segundo Marcus Cunliffe (1986, p. 291), Fuller era uma intelectual excepcionalmente inteligente cujos textos ganhavam admiradoras/es, reconhecendo seus escritos por uma assinatura simbólica: um asterisco,

³<https://www.mtholyoke.edu/about/history>

já que a anonimidade era uma exigência do jornal. A publicação de seu livro *A mulher no século dezenove* (1843), hoje considerado uma grande obra feminista nos Estados Unidos, foi considerado imoral na época, apesar da popularidade. É uma obra original que tratava de questões como gênero, amizade, talento e valores sociais e literários, com passagens filosóficas, como destacamos a seguir:

Tenho insistido na independência da mulher com relação ao homem, não que eu não pense que os sexos precisem mutuamente um do outro, mas porque na mulher esse fato tem levado a uma devoção excessiva, a qual esfriou o amor, degradou o casamento e impediu cada sexo de ser o que deveria ser para si mesmo ou para o outro.(...) Agora não há nenhuma mulher, apenas uma criança superdesenvolvida. (FULLER, 2001)⁴

O ano de 1848 foi considerado um marco histórico, ano de publicação do Manifesto Comunista e de revoluções na Europa. Foi nesse ano também que ocorreu o *Seneca Falls Convention*, o que marca o início do movimento pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos com o documento *Declaração de direitos e opiniões*, conseguindo a adoção de 12 resoluções que se baseavam na ideia da igualdade entre os sexos perante a lei, tendo seus direitos garantidos. Em Nova Iorque ocorreu o *Married Women's Proprety Act*, o qual se

tornou lei em 1860, dando às mulheres direito à manutenção de suas propriedades após o casamento (DICKER, 2016).

Segundo LeGates (2001), pode-se definir o movimento a favor da “questão da mulher”, anterior à primeira onda, de acordo com alguns elementos que o impediam de se tornar um movimento único e organizado: o fato de estar aliado a outros movimentos radicais e reformistas, a fim de legitimar suas reivindicações; o fato de as participantes provirem de diferentes contextos, não compartilhando de uma cultura ou herança em comum - quem conseguia voz pertencia normalmente à classe média e falava em nome de todas, não levando em consideração as diferenças raciais, econômicas e sociais que também se tornaram questões de luta naquele século; a ampla variedade de preocupações com o passar dos anos, perdendo o foco de uma agenda definida - a reivindicação por liberdade sexual deu lugar ao desejo de independência econômica que por sua vez foi substituído pelo apelo a uma posição idealizada e privilegiada da mulher dentro da família, o que desiludiu boa parte das feministas; e, por último, o fato de as mulheres citadas aqui serem apenas uma minoria, não conseguindo popularidade ou apoio daquelas que não desejavam abdicar

⁴ Sem paginação.

da segurança da vida doméstica em nome da liberdade.

A primeira onda do feminismo nos estados unidos

Iniciando em 1850, o encontro anual *National Women's Right Convention* reivindicava liberdade de escolha para as mulheres em todas as esferas da sociedade, principalmente o direito ao voto, argumentando que uma metade da população não pudesse resolver a vida da outra metade. No primeiro encontro, ocorrido em Worcester, Massachusetts, estava uma ex-escrava do estado de Nova Iorque, mãe de treze filhos vendidos no mercado escravo, que ganhou a liberdade em 1827. Após trabalhar como empregada doméstica por alguns anos, decidiu testemunhar contra as injustiças cometidas contra seu povo. Segundo Miriam Schneir (1994), Sojourner Truth (1795-1883) em pouco tempo se tornou conhecida e falava em locais onde conseguia reunir um grupo de pessoas. Identificava-se com a causa das mulheres e foi a única mulher negra presente na *First National Woman's Rights Convention*, em 1850. Nunca aprendera a ler ou escrever, mas seu discurso “Não sou eu uma mulher?” em uma convenção em Akron, Ohio, foi transcrito por Frances Gage, que presidiu o encontro. Seu discurso questionava as diferenças existentes entre as mulheres brancas e negras, entre

mulheres e homens. A partir desse evento passou a participar de convenções femininas discursando sobre os direitos femininos usando inclusive passagens bíblicas. Tornou-se reconhecida simbolicamente como líder dos direitos das mulheres negras.

Como afirma Showalter (2009), a década de 1850 é considerada a década do renascimento literário e político das mulheres, por ter sido uma década de agitação e organização. Nessa década o romance era o gênero literário dominante nos Estados Unidos e a forma mais efetiva de influência cultural e de opinião pública. As oportunidades eram maiores para as romancistas do que para as poetisas, pois o prosaísmo do romance doméstico era muito popular.

Em 1860, a passagem do *Married Women's Property Act* dava às mulheres direito à custódia dos filhos, a manter rendimentos, a fazer testamentos e a herdar propriedades. No ano de 1866, abolicionistas e mulheres ativistas formaram o *American Equal Rights Association*, porém ficou claro para as mulheres que o congresso privilegiaria apenas os homens, pois foi incluído na constituição o termo cidadão “masculino”, como possuidor de direitos universais. (DICKER, 2016)

De acordo com Dicker (2016), durante a Guerra Civil (1861-65), outras prioridades fizeram com que a literatura e as discussões

sobre gênero dessem uma declinada, mesmo que com algumas representantes ainda ativas. A guerra marcou uma virada do sentimentalismo para o realismo, de assuntos domésticos para temas mais variados sobre a sociedade, auto expressão e engajamento político. O fim da guerra foi um grande incentivo para o ativismo feminino por encorajar a formação de associações de ajuda formadas por mulheres pela abolição da escravidão. As mulheres passaram a reivindicar então o direito a uma carreira profissional, o controle sobre seu próprio corpo, melhores salários, assim como a questionar a carga de trabalho doméstico. Reformistas responderam a esse apelo de forma favorável em relação à emancipação feminina como forma de garantir a continuação de um avanço econômico devido à Revolução Industrial.

O casamento e a dependência financeira passaram a ser considerados os principais instrumentos de opressão feminina. A individualidade feminina era suprimida e sua personalidade devia estar de acordo com o ideal masculino. Na década de 1870, o movimento pelo sufrágio volta com força após a guerra. Outro fator marcante da época foi o estabelecimento do Oeste e a maior liberdade dada às mulheres nessa parte do país. Foi onde as mulheres tiveram

o direito ao sufrágio em primeiro lugar, como salienta Valerie Sanders:

[...] diferentes legislações estaduais passaram medidas de reformas independentes do governo central. Assim, as mulheres de Yominge Utah conquistaram o voto em 1869 e 1870, respectivamente, enquanto que as mulheres dos estados do norte permaneceram sem o direito ao voto até 1920. Uma vez estimuladas, as campanhas feministas americanas procederam em diferentes proporções por todo o país, buscando reformas. (SANDERS, 2006, p. 21)⁵

De acordo com LeGates (2001), outras duas mulheres norte-americanas ativistas do final do século XIX merecem destaque na história da primeira onda do feminismo por sua luta no sentido de reivindicar direitos femininos. Elizabeth Cady Stanton (1815-1902), filha de um juiz de direito e casada com um advogado, deu início ao *Seneca Falls Convention* e se tornou uma das mais importantes ativistas do movimento feminista de sua época. Sendo co-editora do jornal *The Revolution*, percebia as limitações das convenções e das reivindicações de caráter meramente reformista. Em 1890, avaliando as propostas do *National American Woman Suffrage Association*, percebeu que questões como propriedade e política eram plataformas muito superficiais para um movimento que deveria discutir a ampla extensão da distinção entre os sexos e da

⁵ Tradução livre de trechos de SANDERS (2006).

experiência humana. Foi eleita a primeira presidente da associação. Em seus discursos “Feminilidade” e “A solidão do eu”, discute questões como o que é ser mulher e qual é o suposto comportamento que se espera dela na sociedade, além de apontar a questão feminina como uma questão de cidadania. Ela deve ser considerada em sua individualidade, receber educação formal e se emancipar das amarras sociais que a prendem a situações de dependência.

Susan B. Anthony (1820-1906), de origem Quaker, foi professora escolar desde os 15 anos de idade e participante de convenções pela causa feminina e pelo sufrágio. De 1868 a 1870, publicou o jornal semanal *The Revolution* no qual discutia assuntos controversos como prostituição, divórcio e o papel da igreja na subjugação da mulher, além de apoiar a causa trabalhista feminina. Após esse período, discursava em favor do poder político e da independência financeira para as mulheres. Foi presa e condenada em 1873 por incentivar mulheres a irem aos locais de votação tentar votar durante as eleições presidenciais de 1872.

Já no início do século XIX, pode-se destacar Margaret Sanger (1883-1966), que escreveu *A mulher e a nova raça* (1920), em que defende o direito da mulher de controlar seu próprio corpo através do uso de métodos contraceptivos. A maternidade voluntária seria a chave para a liberdade. Em 1914, Cidade de Goiás, vol. 3, n. 1, p. 98-114, jul./2020

cunha o termo “controle de natalidade” como alternativa ao número de abortos induzidos que causavam mortes de várias mulheres. Em seu panfleto *Family Limitation*, explicava vários métodos contraceptivos. Em seguida, abriu uma clínica de controle de natalidade para mulheres e até hoje organizações como esta existem nos EUA.

Para as feministas, controle de natalidade representava uma questão paradoxal: se por um lado, significava liberdade sexual e controle sobre a reprodução, por outro lado, o uso de métodos contraceptivos artificiais significava facilitar o sexo e o controle do corpo feminino pelos homens. Aquelas que pregavam o amor livre reivindicavam liberdade das obrigações impostas pelo casamento legal e da maternidade praticamente compulsória. O amor livre, para algumas, continuava significando heterossexualidade, fidelidade e monogamia; para outras, significava relacionamentos irrestritos. Entretanto, legalmente, o casamento era a única opção segura economicamente e a única garantia de suporte para seus filhos.

O sufrágio foi inicialmente considerado muito radical, pois direitos políticos significavam uma ameaça para a sociedade por ameaçar a posição de subordinação da mulher na sociedade. O direito ao voto significava o reconhecimento da mulher

como cidadã e como indivíduo perante o Estado. (LEGATES, 2001)

Em 1910, uma emenda constitucional passa em Washington permitindo que alguns estados concedessem o sufrágio feminino em seus territórios. Cada vez mais, a discrepância da exclusão das mulheres da vida pública aumentava à medida que o sufrágio masculino se estendia. Em 1914, a *Women's Trade Union League* passou a apoiar claramente o sufrágio feminino como alternativa à organização sindical, assim teria perspectivas através de mudanças na legislação.

Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), devido ao fato de os homens serem enviados aos campos de batalha, as mulheres passaram a ter o direito de desempenhar trabalhos não tradicionais para seu sexo. Eventos pacifistas e de revolta contra o imperialismo deram origem a novas formas de governo e o sufrágio feminino passou a ser considerado uma questão política importante, obtendo êxito com sua aprovação em diversos países, tais como: União Soviética, em 1917; Canadá, em 1918; Grã-Bretanha, em 1918; nos Estados Unidos, em 1920.

A década de 1910 marca a mudança cultural do realismo para o modernismo. O termo “feminismo” substitui o termo a “questão da mulher”, sugerindo uma busca por

autoafirmação intelectual, sexual e política. Como lembra Silva (2019), o foco dessas mulheres engajadas na causa era o direito ao voto, à participação na política e na vida pública, à administração de seus próprios bens e ao acesso a leis trabalhistas mais dignas – questões que já eram considerados direitos básicos dos homens. Ademais, essas mulheres também “problematizavam a imposição de papéis de submissão e passividade às mulheres, além da restrição ao âmbito da vida privada. O ideal que forneceu fundamento às reivindicações desta primeira onda foi o liberalismo e o universalismo” (SILVA, 2019, p. 8). Havia uma discrepância entre as lutas das mulheres brancas de classe média e as mulheres negras, que buscavam o fim da escravidão em uma luta dupla e desequilibrada.

Produção literária

Em 1873, a escritora americana Louisa May Alcott, mais conhecida pelo clássico *Adoráveis mulheres* (1868), publicou um romance semiautobiográfico, intitulado *Work: a Story of Experience*⁶, em que apresenta a história de uma jovem mulher que, assim como ela, passa por várias experiências de trabalho. A protagonista Christie Devon, ao atingir a idade adulta, decide deixar a casa da família adotiva,

⁶Tradução livre: *Trabalho: uma história de experiência*.

declarando sua própria independência, para trabalhar em vez de se contentar com um casamento como destino único.

A história se concentra nos anos anteriores e posteriores à Guerra Civil, período em que as mulheres conseguiram algumas posições de trabalho em consequência da falta de mão-de-obra masculina. No romance, o primeiro emprego de Christie foi como criada em uma casa de família abastada. No início, sentiu-se bem pela comodidade do lugar, mas percebendo que sua posição era semelhante à de um membro da família que se dedica àquelas pessoas sem nada em troca, questiona sua escolha. Além disso, percebe-se passando por situações humilhantes por ser uma empregada. Decide, então, ir em busca de outra colocação.

Christie passa por uma sucessão de empregos: atriz - assim como Alcott -, governanta, acompanhante e costureira. Em cada trabalho, ela aprende algo novo, novas habilidades e lições de vida. Enquanto trabalhava como costureira, faz amizade com Rachel, uma mulher considerada “perdida na vida” que havia, inclusive, tentado suicídio. Quando mais tarde Christie passa por uma situação de desespero por estar desempregada, e considerando o suicídio, Rachel a salva.

Fica estabelecida uma sororidade entre as duas.

Mais tarde na trama, a personagem principal se casa e tem um filho com um homem chamado David, irmão de Rachel, o qual é morto por ferimentos de guerra. Em seu leito de morte, David se dirige a ela, incentivando que continue a trabalhar: "Você fará a minha parte, e fará melhor do que eu poderia. Não lamente, minha querida, mas trabalhe; pois no fim será confortada."⁷(ALCOTT, 2003, p. 282) Desse modo, Christie resolve voltar a trabalhar e não viver da pensão deixada pelo marido. Assim, ela faz um discurso em um encontro de mulheres, exaltando o valor do trabalho:

Talvez seja essa a tarefa pela qual minha vida me convém [...] Uma grande e nobre tarefa que eu deveria ter orgulho de aceitar e ajudar a realizar, se puder. Outras terminaram o trabalho de emancipação e o fizeram esplendidamente, mesmo à custa de todo esse sangue e tristeza[...]. Essa nova tarefa parece me oferecer a chance de estar entre As pioneiras, fazer o trabalho duro, compartilhar a perseguição e ajudar a estabelecer os alicerces de uma nova emancipação cujo feliz sucesso nunca poderei ver. (ALCOTT, 2003, p. 297)

Além de ser um elogio ao trabalho feminino, a obra também é uma história de amizade, casamento entre iguais e não por conveniência, coragem e empatia. A sororidade é exaltada de forma idealista,

⁷ Tradução livre de trechos de ALCOTT (2003).

como podemos perceber em uma cena no final da narrativa: “Com um gesto impulsivo Christie estendeu suas mãos às amigas a seu redor, e em harmonia elas lhe deram as mãos, uma afetuosa liga de irmãs, velhas e jovens, negras e brancas, ricas e pobres, todas prontas para fazer sua parte e antecipar a vinda do final feliz.” (ALCOTT, 2003, p. 305) A respeito do romance, o teórico Richard Gray observa que “*Trabalho* é uma celebração da liberação feminina e do trabalho de muitas maneiras, incluindo a libertação experimentada no e a partir do trabalho de escrita.” (GRAY, 2012) Dessa forma, o romance, além de um manifesto do trabalho feminino, funciona como uma manifestação de várias questões feministas expressas de forma utópica, como assinala Madeleine Stern:

Trabalho é uma expressão dos princípios feministas de Alcott e um grande esforço para sintetizar de forma popular e legível o amplo conjunto de crenças que abrangem família, educação, sufrágio, trabalho e a reforma moral da vida social que definiu a ideologia feminista no século XIX.⁸(STERN, 1984, p. 191)

Segundo Showalter (2009), a literatura da nova mulher a partir da década de 1890 passou a explorar o realismo no romance e no conto, assim como a experimentar técnicas que seriam consagradas no modernismo, tais como o fluxo de

consciência, diferentes pontos de vista na narrativa e trechos fragmentados. Tematicamente, muitas das obras abordavam a transformação social da época. Podemos também citar uma escritora hoje considerada clássica da literatura feminista da primeira onda. A norte-americana Charlotte Perkins Gilman (1860-1935) foi uma das principais teóricas e escritoras feministas da época. A partir da década de 1900, as editoras passaram a ser menos receptivas às suas obras, o que a levou a criar sua própria revista, *The Forerunner*, onde publicava poemas, ensaios, romances e contos. Publicou, inclusive, um romance utópico titulado *Herland: a terra das mulheres*, em 1915.

Seu conto emblemático, *O papel de parede amarelo* (1892), narra a passagem de uma personagem, que parece se chamar Jane, de um estado de depressão para a insanidade em um período de 3 meses em uma casa isolada. Sabe-se no início do conto que seu marido John aluga a casa para que a esposa se recupere da melancolia. Assim, ela se vê afastada de seu lar, de sua filha recém-nascida e de seus familiares, ficando sob os cuidados da cunhada, Jessie, e do marido, que também é médico, o qual subestima seu estado emocional. Provavelmente, a personagem foi acometida por uma depressão pós-parto. Seu médico, Dr. S.

⁸ Tradução livre de trechos de STERN (1984).

Weir Mitchell recomenda repouso e distância de leitura e escrita, propondo a cura pelo descanso. Porém, a protagonista se sente ociosa e passa a escrever um diário secretamente.

Várias coisas a incomodam na casa, em particular o papel de parede do quarto onde o casal está instalado. No início, ela o considera feio, mas conforme o tempo vai passando e sua condição interior vai piorando, o papel ganha movimento, mensagens e figuras subliminares. A descrição do papel de parede como algo repelente em um ambiente fechado e solitário passa a ser associado à própria personagem que, em situação ociosa, passa a desenvolver uma fixação pelo objeto imaginando que por trás da imagem principal há uma mulher prisioneira. Segundo a personagem, o desenho se move e modifica de acordo com a luz, seja a luz do sol ou o luar, criando assim um clima de tensão e terror à narrativa, como se percebe a seguir:

Às vezes penso que há várias mulheres atrás, e às vezes uma só, e ela rasteja rapidamente, e o rastejar sacode tudo.

Então, nos pontos muito claros ela fica parada, e nos pontos ensombrecidos ela segura as barras e as chacoalha com força.

E a todo momento ela tenta atravessar. Mas ninguém conseguiria atravessar essa ilustração – ela estrangula; acho que por isso tem tantas cabeças. (GILMAN, 2015⁹)

Ao final do conto, “Jane” resolve libertar a mulher do papel de parede, a qual a narradora já vê em sua imaginação, alucinando sua figura inclusive nas janelas da casa, culminando em uma crise nervosa ao arrancar o papel de parede do quarto todo, acreditando libertar a tal figura, que na verdade representa a si mesma. Dessa forma, a personagem simboliza a prisão feminina consequente dos papéis de gênero do século XIX, como apontam AzraGhandeharion e MiladMazari: “A verdade trágica para a qual Gilman apontou o dedo é que não apenas o narrador, mas também todas as outras mulheres, de alguma forma, internalizaram e compartilharam os valores patriarcais como parte normal e natural de suas vidas¹⁰”. (GHANDEHARION & MAZARI, 2016, p. 121)

Este conto simboliza a preocupação da autora sobre um quesito muito questionado na primeira onda do movimento feminista por denunciar o aprisionamento feminino ao âmbito doméstico, a ociosidade da mulher de classe média e a consideração da capacidade mental masculina superior à feminina nas figuras do médico e do marido, que aqui se fundem. O conto é também autobiográfico, por ter acontecido situação semelhante à autora, inclusive o

⁹Sem paginação.

¹⁰ Tradução livre de trechos de GHANDEHARION & MAZARI (2016).

nome do médico é o mesmo, o qual abandona a terapia chamada de cura pelo repouso após a leitura do conto e do fracasso do tratamento com a própria Gilman. Em prefácio à edição de 1913, titulado “Por que escrevi *O papel de parede*”, a autora explica os motivos que a levaram a escrever o conto e alerta para os perigos da ociosidade em casos de melancolia.

Outra autora que possui um romance considerado uma obra prima do feminismo do fim do século XIX é Kate Chopin. A obra *O despertar* (1899) foi considerada um livro amoral e desagradável por retratar uma mulher fora do padrão de uma mulher “de família”, casada e com filhos. *O despertar* passou a ser um ícone da literatura norte-americana feminista a partir da década de 1960, com o advento da segunda onda do movimento feminista. Hoje a autora é considerada uma das precursoras do feminismo literário nos estados Unidos. Apesar de ser uma escritora representativa do sul com contos classificados como literatura de cor local, *O Despertar* apresenta um estilo híbrido entre naturalismo e realismo e pode ser considerado um precursor do estilo modernista, por tratar de temas como o comportamento humano, a complexidade das estruturas sociais e o psiquismo das personagens.

O despertar é o segundo romance da autora, retratando a mulher como indivíduo possuidor de vontade própria, a despeito do conservadorismo da sociedade sulista norte-americana do século XIX. A personagem principal Edna Pontellier, casada, mãe de dois filhos, se envolve com um jovem amigo da família, Robert, o qual percebe a inconveniência de se envolver com uma mulher comprometida e foge para o México.

Em uma passagem, em discussão com Robert, Edna demonstra todo o seu desejo de escolha e desabafa:

Você tem sido um menino muito, muito tolo, perdendo seu tempo sonhando coisas impossíveis quando fala de o Sr. Pontellier me libertar! Já não sou uma das propriedades do Sr. Pontellier para ser ou não descartada. Eu me entrego a quem eu quero. Se ele chegasse a dizer, “Ei-la, Robert, tome-a e seja feliz; ela é sua”, eu riria de ambos. (CHOPIN, 1994, p. 142)

Edna se vê dividida entre a maternidade e o desejo de liberdade para viver sua paixão. Decide tomar atitudes mais ativas em sua vida, afastando-se da vida em família. O marido, Léonce, sempre distante, suspeita de desequilíbrio mental. A amiga, Adèle, ao longo da narrativa, sempre a pressiona a pensar nos filhos e em seu papel como mãe. Com uma viagem de Léonce e o afastamento de seus filhos, Edna fica sozinha por um tempo, ponderando sobre sua vida, quando conhece e se envolve com

outro homem, Alcée. Pela primeira vez na trama, a protagonista é descrita como um ser com desejo sexual, apesar de não seguir adiante nesse relacionamento. Notícias sobre Robert e um breve contato com ele a fazem ter esperanças sobre o primeiro amante. Este, porém, apesar de amá-la, decide ir embora para sempre. Edna se suicida no Golfo do México.

A solidão da mulher e as amarras de seu papel social contrastam com o desejo de independência e liberdade de escolha de Edna. Envolvimento amoroso e envolvimento físico são as escolhas de Edna após o despertar de sua consciência. A sociedade da qual ela faz parte não é apropriada para uma mulher como ela: em busca por identidade, emancipação pessoal e sexual. A morte pode ser interpretada como outra escolha de Edna, pois exerce sua liberdade de escolha ao se recusar a continuar vivendo em uma sociedade opressora.

Segundo Elaine Showalter (2007), o romance pode ser considerado revolucionário e o primeiro romance da tradição feminina americana bem-sucedido escrito por uma mulher norte-americana, tendo sido banido na cidade de origem da autora (St. Louis) e censurado pela imprensa nacional à época de sua publicação. Ademais, a obra representa a

inovação e a liberdade de composição artística desejada pela própria Kate Chopin como escritora local, buscando projetos mais ambiciosos. Apesar de não ser ativista e nunca ter participado do movimento de sufrágio feminino, rejeitava as convenções literárias seguidas por autoras de seu tempo. Ao compor um romance insistentemente sexual, explicitamente envolvido com o corpo e com o autoconhecimento através da conscientização corporal (SHOWALTER, 2007), Chopin se expôs à crítica negativa, caindo no ostracismo antes de sua morte cinco anos mais tarde.

As três obras aqui destacadas nos mostram o quanto a literatura feminista do fim do século XIX objetivavam uma tomada de consciência da sociedade no sentido de considerar a mulher um ser humano completo que deveria ser tratado de igual para igual. Além disso, caberia não só aos homens, mas às próprias mulheres buscarem essa liberdade de pensamento através de seus atos, o que as escritoras faziam a partir da literatura. Como bem salienta Nina Baym, o dilema de muitas heroínas desses romances ou contos eram “os maus-tratos, a iniquidade, a desvantagem e a falta de poder, recorrentes injustiças ocasionadas por seu *status* como mulher e criança¹¹” (BAYM, 1978, p. 17).

¹¹ Tradução livre de trechos de BAYM (1978).

CONSIDERAÇÕES

Apesar de a primeira onda ter sido um momento importante para a libertação das mulheres em alguns aspectos no campo da política, sua visão era bastante essencialista e elitista por não levar em conta distinções de classe, nacionalidade, cor e credo, o que dividiria as mulheres. De maneira geral, as reivindicações da primeira onda podem ser resumidas em: oportunidades de emprego, direitos legais iguais, melhor educação, reforma da vida familiar, reforma nos padrões sexuais e sufrágio. Porém, priorizavam gênero em vez de raça e classe. Questões como a abolição da escravatura levantariam a seguinte questão: o movimento levava em conta todas as injustiças sofridas pelo sexo feminino? Além disso, sem um posicionamento teórico definido, o feminismo da primeira onda nunca se movimentou além do estágio de reivindicar reforma. Segundo Nancy Hewit, uma crítica à primeira onda pode ser construída a partir dessas questões, como vemos a seguir:

Esta versão do movimento pelos direitos da mulher não foi imune a críticas. Estudiosas de mulheres afro-americanas, imigrantes e da classe trabalhadora detalharam as tendências racistas, nativistas e elitistas de muitas mulheres brancas sufragistas. Elas destacaram a exclusão de mulheres pobres, negras e imigrantes das organizações políticas e das agendas de ativistas mais prósperas e sua inclusão em

esforços comunitários, geralmente ao lado de homens, para promover seus próprios interesses econômicos, sociais e políticos¹². (HEWIT, 2010, p. 16)

Após a conquista por sufrágio em torno da década de 1920, o movimento feminista sofreu um período de recuo ou estagnação relativa se comparada às décadas anteriores de luta por direitos iguais. Será que o direito de voto era mais importante do que continuar lutando por outros direitos? O sufrágio havia servido como marco simbólico de uma geração de mulheres que não conseguiram passar adiante seus ideais. A nova geração estava preocupada com outras questões, inclusive com a liberação sexual nos “loucos anos 20”, apesar de ainda não ser possível falar em igualdade sexual.

No campo literário, a virada do século XIX para o século XX foi tão importante para a causa feminista quanto as ondas que a sucederam, pois “uma das questões centrais para a crítica feminista no campo da literatura diz respeito à discussão em torno do sujeito que lê e do sujeito que escreve, bem como do estatuto dos personagens ficcionais, focalizados como *personae*, a partir de uma ótica circunscrita pela noção de gênero” (QUEIROZ, 1997, p. 103).

Apesar das críticas, não se pode deixar de considerar a importância da primeira onda do movimento feminista e a literatura que

¹² Tradução livre de trechos de Hewit (2010).

contribuiu para a sua articulação. Tal movimento foi essencial como ponto de partida para ganho de direitos necessários às mulheres enquanto seres humanos. A conquista do sufrágio e de algumas modificações nas leis a favor da questão

feminina, não só nos Estados Unidos, mas também em vários outros países, serviu como pontapé inicial para outras questões que viriam a ser debatidas e reivindicadas nas ondas subsequentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOTT, Louisa May. **Work: a story of experience**. 10 ed. Project Gutenberg Ebook, 2003.
- BAYM, Nina. **Woman's fiction: a guide to novels by and about women in America, 1820-1870**. London: Cornell University Press, 1978.
- CHOPIN, Kate. **O despertar**. Tradução: Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 1994.
- CUNLIFE, Marcus. **The literature of the United States**. 4 ed. New York: Penguin Books, 1986.
- DICKER, Rory. **A history of U.S. feminisms**. Berkeley: Seal Press, 2016.
- FULLER, Margaret. **A mulher no século dezenove**. Tradução de Eliane T. A. Campello, 2001. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cdrom/fuller/fuller.pdf>. Acesso em 18 de fevereiro de 2020.
- GHANDEHARION, Azra & MAZARI, Milad. Women entrapment and flight in Gilman's "The yellow wallpaper". In: **Alicante Journal of English Studies**, Alicante, n. 29, p. 113-129, 2016.
- GILMAN, Charlotte Perkins. **O papel de parede amarelo**. Tradução de Flávia Yacubian. Balão Editorial Ebook. 2015.
- GRAY, Richard. **A history of American literature**. 2 ed. Wiley-Blackwell, 2012.
- HEWIT, Nancy. From Seneca Falls to suffrage? Reimagining a "Master" narrative in U.S. Women's History". In: _____. (ed.). **No permanent waves: recasting histories of US feminism**. New Jersey: Rutgers, 2010. p. 15-38.
- LEGATES, Marlene. **In their time: a history of feminism in western society**. New York: Routledge, 2001.
- QUEIROZ, Vera. **Crítica literária e estratégias de gênero**. Niterói: EDUFF, 1997.
- SANDERS, Valerie. First wave feminism. In: GAMBLE, Sarah (ed.). **The Routledge companion to feminism and postfeminism**. London and New York: Routledge, 2006. p. 15-24

SCHNEIR, Miriam (ed.). **Feminism: the essential historical writings**. New York: Vintage books, 1994.

SHOWALTER, Elaine. Tradition and the female talent: *The awakening* as a solitary book. In: BLOOM, Harold (ed.) **Kate Chopin**. New York: Bloom's Literary Criticism, 2007. p. 7-26.

_____. **A jury of her peers: American women writers**. London: Hachette Digital, 2009.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Kindle Ebook. Recife, 2019.

STERN, Madelein B. **Critical essays on Louisa May Alcott**. Boston: G.K. Hall, 1984.

The Seven Sisters. Disponível em https://www.mtholyoke.edu/about/seven_sisters.html.

Acesso em 20/02/2020.